

# Como os deputados receberam

O deputado Peniel Pacheco (PTB) conta como conseguiu os recursos creditados em sua conta, no Banco do Progresso:

“Ao final do primeiro semestre de 1991, conversando com alguns parlamentares, tomei conhecimento de que haveria uma linha de crédito a pessoas físicas junto ao Banco do Progresso.

Indagado se teria interesse em contratar empréstimo junto àquele banco, resolvi analisar as condições oferecidas pelo mesmo.

Tomei, então, a iniciativa de procurar aquela instituição bancária para obter maiores informações, ocasião em que me foram apresentadas as condições para a concretização da operação de crédito, quais sejam a apresentação de ficha cadastral com comprovante de rendimentos, garantias fiduciárias, mediante notas promissórias devidamente avalizadas por duas pessoas idôneas e abrir conta-corrente naquela agência para o

crédito do empréstimo e débito das parcelas relativas ao mesmo.

Tomei as providências exigidas, ocasionando o lançamento em minha conta do valor estipulado para o empréstimo, que correspondia ao teto máximo compatível com os rendimentos indicados em meu cadastro.

A partir de então, nas respectivas datas de vencimento, as parcelas foram sendo debitadas em conta-corrente, sendo resgatadas as correspondentes notas promissórias dadas em garantia, até a quitação completa do empréstimo contraído.

Qual não foi a minha surpresa ao ouvir de uma repórter, na última segunda-feira, que existiam denúncias referentes ao crédito em minha conta-corrente do Banco do Progresso, de uma importância originária de terceiros, que coincidia com as datas e os valores da movimentação relativa ao empréstimo mencionado.

Estarrecido, entrei em contato com o referido banco, objeti-

vando esclarecer as razões da denúncia, sendo informado que, por acasão do empréstimo, não foi possível concretizar a operação diretamente pelo banco e que, por iniciativa própria, a gerência daquele estabelecimento recorreu ao governador do Distrito Federal, recebendo deste autorização para transferir os recursos necessários à concretização do empréstimo.

Somente então pude tomar conhecimento do que realmente havia ocorrido, lamentando profundamente o fato de não ter sido consultado, em momento algum, se concordava com a intermediação do senhor governador para a viabilização do contrato de crédito.

Posso garantir que se tivesse tomado conhecimento de que o empréstimo não seria feito com recursos do próprio banco, não o teria sequer solicitado.

Por esta razão, solicitei àquela instituição bancária o completo esclarecimento desta operação realizada à minha revelia?